

Termo de Referência 2/2023

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
2/2023	420001-SPOA/SE/MINC	FELIPE FINGER SANTIAGO	03/11/2023 11:43 (v 7.0)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VII - contratações de tecnologia da informação e de comunicação.	47/2023	01400.000997/2023-52

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de uma solução de proteção de rede Next Generation Firewall (NGFW) com garantia e suporte, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. Segue abaixo as quantidades máximas a serem adquiridas pelo órgão gerenciador e partícipes:

1.2.1. ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA: MINISTÉRIO DA CULTURA

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	CATMAT /CATSER	QUANTIDADE
1	1	Módulo de Segurança (CLUSTER) - tipo I	Un.	484747	1
	2	Módulo de Segurança - tipo II	Un.	484747	1
	3	Módulo de Segurança - tipo III	Un.	484747	26
	4	Sistema de gerência centralizada com armazenamento de logs	Un.	27472	1
	5	Serviço de instalação e configuração para a solução	Un.	26972	2
	6	Treinamento “hands on” sobre solução de firewall	Un.	20052	2

1.2.2. ÓRGÃO PARTÍCIPE DA ATA: MINISTÉRIO DO TURISMO

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	CATMAT /CATSER	QUANTIDADE
1	2	Módulo de Segurança - tipo II	Un.	484747	2
	4	Sistema de gerência centralizada com armazenamento de logs	Un.	27472	1
	5	Serviço de instalação e configuração para a solução	Un.	26972	1
	6	Treinamento “hands on” sobre solução de firewall	Un.	20052	1

1.2.3. ÓRGÃO PARTÍCIPE DA ATA: MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	CATMAT /CATSER	QUANTIDADE
	1	Módulo de Segurança (CLUSTER) - tipo I	Un.	484747	1
		Sistema de gerência centralizada com armazenamento de			

1	4	logs	Un.	27472	1
	5	Serviço de instalação e configuração para a solução	Un.	26972	1
	6	Treinamento “hands on” sobre solução de firewall	Un.	20052	1

1.2.4. ÓRGÃO PARTÍCIPE DA ATA: SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	CATMAT /CATSER	QUANTIDADE
1	1	Módulo de Segurança (CLUSTER) - tipo I	Un.	484747	1
	2	Módulo de Segurança - tipo II	Un.	484747	2
	4	Sistema de gerência centralizada com armazenamento de logs	Un.	27472	1
	5	Serviço de instalação e configuração para a solução	Un.	26972	1
	6	Treinamento “hands on” sobre solução de firewall	Un.	20052	1

1.3. A tabela abaixo estabelece as quantidades de cada item desta contratação, incluindo as demandas do órgão gerenciador da ARP e dos partícipes dessa ARP:

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	CATMAT /CATSER	QUANTIDADE
1	1	Módulo de Segurança (CLUSTER) - tipo I	Un.	484747	3
	2	Módulo de Segurança - tipo II	Un.	484747	5
	3	Módulo de Segurança - tipo III	Un.	484747	26
	4	Sistema de gerência centralizada com armazenamento de logs	Un.	27472	4
	5	Serviço de instalação e configuração para a solução	Un.	26972	5
	6	Treinamento “hands on” sobre solução de firewall	Un.	20052	5

1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.5. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar e uma vez que tratam-se de equipamentos e serviços disponíveis em grande escala no mercado, e cujas características e condições de fornecimento são práticas comuns e podem ser fornecidas por diferentes fabricantes e fornecedores no mercado nacional.

1.6. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses contados a partir da sua assinatura, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.7. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. Fundamentação da contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação justifica-se pela necessidade de atender a demanda pela implementação de solução de segurança de perímetro para o Ministério da Cultura com serviços de suporte técnico 24h/07d e manutenção corretiva e atualização por 60 (sessenta) meses, uma vez que a solução atualmente em funcionamento no âmbito do edifício sede trata-se de equipamento obsoleto e cuja sua atualização é inviável conforme registros constantes do Estudo Técnico Preliminar - ETP.

2.1.1 Conforme consta do ETP, além da necessidade de substituir a solução de segurança de perímetro em operação no edifício sede do Ministério, há ainda a necessidade da implementação de solução similar dimensionada para atender um quantitativo estimado em 200 (duzentos) usuários a ser instalada no CTAV, que trata-se de uma unidade situada no Rio de Janeiro a qual possui servidores, colaboradores e visitantes e que não possui atualmente qualquer ferramenta de segurança de perímetro.

2.1.2 A contratação visa ainda atender a demanda por equipamentos similares para atender escritórios regionais que serão implementados nos Estados Brasileiros como estratégia da Pasta quanto a atuação descentralizada no âmbito do acompanhamento das suas políticas públicas.

2.1.3 Neste sentido, considerando que não há ainda a definição exata da forma de implantação para todos os escritórios regionais, uma vez que poderão haver escritórios montados em infraestrutura de órgãos parceiros, é razoável que adote-se a previsão da aquisição de 01 equipamento por Estado e que opte-se pelo registro de preços de modo a possibilitar a Minc a opção pela aquisição de cada equipamento de acordo com a necessidade e com a disponibilidade de recursos orçamentários.

2.1.4 A implementação de solução de segurança de perímetro, conforme prevista neste processo, visa garantir ao Ministério da Cultura a implementação de recursos tecnológicos de segurança da informação capazes de atuarem de forma integrada ao Módulo de segurança instalado na Sede facilitando a gerencia dos equipamentos regionais e possibilitando a atualização constante de políticas de segurança de forma centralizada pela equipe de TI desta Pasta.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2023, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 01264142000129-0-000001/2023

II) Data de publicação no PNCP: 15/03/2023

III) Id do item no PCA: 9 a 13

IV) Classe/Grupo: EQUIPAMENTOS DE REDE DE TIC - LOCAL E REMOTA, SERVIÇOS DE LICENCIAMENTO E CONTRATOS DE TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA, SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE INSTALAÇÃO, TRANSIÇÃO, CONFIGURAÇÃO / CUSTOMIZAÇÃO DE SOFTWARE, OUTROS SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO E TREINAMENTO

V) Identificador da Futura Contratação: 420001-8/2023

2.3. O detalhamento acima foi realizado pelo Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), disponível em <https://www.gov.br/pncp/pt-br>.

2.4. O objeto da contratação também está alinhado com a Estratégia de Governo Digital e em consonância com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) do MinC, conforme demonstrado abaixo:

ALINHAMENTO AO PDTIC 2023-2027				
NECESSIDADE	Cód.	AÇÃO	ÁREA RESPONSÁVEL	INDICADOR
Provimento de infraestrutura adequada de TIC	A9.4	Disponibilizar recursos de segurança para usuários e serviços do datacenter do Ministério	CGINF e DISEG	% de ativos de segurança atualizado e com garantia de suporte técnico

ESTRATÉGIA DO GOVERNO DIGITAL, PARA O PERÍODO DE 2020 A 2023	
Em conformidade com o Decreto Nº 10.332, de 28 de Abril de 2020 e o Decreto Nº 11.260, de 22 de Novembro de 2022, que dispõe sobre a elaboração e o encaminhamento da Estratégia Nacional de Governo Digital e prorroga o período de vigência da Estratégia de Governo Digital, instituída pelo Decreto nº 10.332, de 28 de abril de 2020.	
A referida contratação visa atender o seguinte objetivo:	
OBJETIVO 16:	Otimização das infraestruturas de tecnologia da informação

3. Descrição da solução

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A contratação do objeto dar-se-á por meio de Pregão Eletrônico para Registro de Preços do tipo Menor Preço por grupo. Os itens do objeto deverão ser licitados e adjudicados por grupo considerando a indivisibilidade dos mesmos, pois as soluções e os serviços são de uma mesma natureza, que guardam correlação entre si, seja por similaridade técnica ou de tecnologia.

3.1.1. A aquisição do objeto da licitação em apenas um lote garante a unicidade técnica dos processos, assim como o nível de serviços prestados, permitindo que a empresa contratada esteja capacitada tecnicamente para trabalhar de forma integrada com os componentes desta solução.

3.1.2. Outro fator importante a ser levado em consideração: a otimização dos recursos necessários à gerência de um único contrato e o foco na melhoria do processo, visto que a STII possui uma equipe de servidores públicos reduzida, além de ser responsável pela gestão de outros contratos de TI.

3.2. Portanto, diante das análises qualitativa e quantitativa realizadas ao longo do presente estudo técnico preliminar, constata-se que, para fins de um processo de contratação de uma solução de perímetro, o objeto mais adequado é a aquisição de uma solução de proteção de rede Next Generation Firewall (NGFW) com garantia e suporte.

3.2.1. A solução deverá ser constituída de equipamentos relacionados aos itens a seguir, sendo todos de um mesmo fabricante, garantindo a entrega e a execução dos serviços por uma única empresa e a total compatibilidade entre eles:

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	CATMAT /CATSER	QUANTIDADE
1	1	Módulo de Segurança (CLUSTER) - tipo I	Un.	484747	3
	2	Módulo de Segurança - tipo II	Un.	484747	5
	3	Módulo de Segurança - tipo III	Un.	484747	26
	4	Sistema de gerência centralizada com armazenamento de logs	Un.	27472	4
	5	Serviço de instalação e configuração para a solução	Un.	26972	5
	6	Treinamento “hands on” sobre solução de firewall	Un.	20052	5

3.3. O item 1 refere-se ao cluster de Firewall com suporte, garantia e licenças de proteção com vigência de 60 meses. Esta solução deve funcionar em cluster do tipo ativo-ativo, com balanceamento interno.

3.4. Os itens 2 e 3 referem-se ao módulo de segurança a serem instalados nos anexos do MinC tendo garantia de atualização de licenças e suporte técnico pelo período mínimo de 60 (sessenta) meses. Estes módulos serão implementados em redes internas com até 200 usuários (tipo II) e com até 30 usuários (tipo III).

3.5. O item 04 refere-se ao sistema de gerência centralizada visando gerenciar os acessos à internet dos anexos do MinC (CTaV e Escritórios Regionais), de forma a armazenar os logs de acesso para futuras auditorias e apuração de responsabilidade quando necessário. A utilização de um software de gerenciamento centralizado facilita as tarefas de gestão de regras e políticas em um firewall. Por meio desse gerenciamento centralizado é possível gerenciar diversos appliances por meio de uma única interface. Além disso, é possível acessar registros (logs) de diversos equipamentos.

3.6. O item 05 refere-se ao serviço de instalação da solução considerando a instalação em duas localidades distintas, a citar: Sede do MinC (Bloco B da Esplanada dos Ministérios) - item 01 e CTaV (Avenida Brasil na cidade do Rio de Janeiro - RJ) - item 02. Para realizar estas instalações devem ser realizadas reuniões para planejar e definir datas e eventuais necessidades, como por exemplo: avaliação e/ou manutenção do datacenter e também, análise da topologia e arquitetura da rede, considerando todos os equipamentos já existentes e instalados. Com relação ao serviço de instalação e configuração dos itens 3, estes módulos de segurança deverão ser entregues e instalados pela CONTRATADA.

3.7. O item 06 refere-se ao treinamento específico da solução, com carga horária mínima de 20 horas, para o gerenciamento da aplicação do Firewall, conduzido pelo próprio fabricante ou por um parceiro certificado e autorizado pelo fabricante ministrar treinamentos oficiais. O quantitativo registrado em Ata de 2 (dois) eventos se deve ao fato de prever o serviço de treinamento conjunto para a equipe de infraestrutura do MinC com até 5 pessoas, sendo um evento no primeiro ano e outra a ser agendando no segundo ano como repasse de conhecimento para novas equipes.

3.8. Somente poderão ser utilizados na execução dos serviços bens de informática e/ou automação que possuam a certificação de que trata a Portaria INMETRO nº 170, de 2012 ou que possuam comprovada segurança, compatibilidade eletromagnética e eficiência energética equivalente.

3.9. Somente poderão ser utilizados na execução dos serviços bens de informática e/ou automação que não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr (VI)), cádmio (Cd), bifenil polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

3.10. Os requisitos mínimos e demais detalhes técnicos da solução de TIC constam no caderno de especificações técnicas (ANEXO III), conforme a Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022.

4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Requisitos de Negócio

4.1.1. A solução de segurança deve ser do tipo integrada em formato de *appliance*, ou seja, deve ser composta de hardware e software projetados e dimensionados especificamente para analisar e suportar grandes volumes de tráfegos e que permitam a implementação de diversos recursos de segurança.

4.1.2. Desta forma, deve ser do tipo Next Generation Firewall (Firewall de nova geração) devendo ser capaz de realizar reconhecimento de aplicações e de usuários, auxiliar na prevenção de ameaças e no controle de permissões e políticas de acesso com maior granularidade.

4.1.3. Tais exigências são justificáveis tendo em vista o risco da exposição indevida de informações ou de ataques que reduzam a disponibilidade de sistemas do MinC, desta forma a solução deverá permitir a verificação do comportamento do tráfego em tempo real, identificando acessos abusivos ou indevidos que podem caracterizar tentativas de invasão aos ambientes digitais do Ministério, coleta de dados ou simplesmente tentativas de derrubada dos serviços digitais.

4.1.4. Deverá fazer parte da composição da solução a elaboração de projeto de instalação e configuração de modo a possibilitar a análise prévia da equipe técnica do MinC quanto aos procedimentos necessários para a implementação da solução, com o planejamento de janelas de indisponibilidades e plano de comunicação de modo a dar maior transparência do processo para os usuários da rede MinC.

4.1.5. Todos os serviços de instalação e configuração deverão ser executados pela CONTRATADA inclusive com um período de operação assistida de 30 dias, de modo a não sobrecarregar a equipe de servidores e colaboradores do MinC, porém as atividades deverão ser acompanhadas pelos servidores e colaboradores que atuarão na operação da solução após entregue pela CONTRATADA.

4.1.6. A solução deverá ter ainda em sua composição um item para treinamento, para garantir que ocorra a transferência do conhecimento para os servidores e colaboradores que atuam na infraestrutura de TI do MinC.

4.1.7. De modo a tornar viável o investimento sem riscos da continuidade dos serviços e com garantia de atualização de softwares e componentes da solução, será exigido garantia, assistência técnica e suporte técnico por período não inferior a 60 meses, em regime 24x7.

4.1.8. A solução deverá contemplar equipamentos para atender aos três tipos de localidades utilizados com base para os servidores e colaboradores do MinC, sendo eles: Edifício sede com universo de usuários de aproximadamente 800 (oitocentos) servidores, colaboradores e visitantes; Instalações do CTAV com um universo de usuários de aproximadamente 200 (duzentos) usuários: servidores, colaboradores e visitantes e escritórios regionais com um universo de até 30 (trinta) usuários: servidores, colaboradores e visitantes.

4.2. Requisitos de Capacitação:

4.2.1. Para garantir a transferência do conhecimento, deverá ser exigido junto à contratação a realização de treinamento na solução abrangendo instalação, configuração, gerenciamento e operação, que deverá ser ministrado por profissional qualificado pela fabricante.

4.3. Requisitos Legais:

4.3.1. O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, Lei nº 14.133/2021, Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), Instrução Normativa SEGES/MGI nº 4, de 2 de fevereiro de 2023 e legislação recomendada no modelo de TR da AGU e a outras legislações aplicáveis;

4.3.2. Esta contratação está alinhada à Estratégia de Governo Digital, instituída pelo Decreto nº 10.332, de 28 de abril de 2020, e suas atualizações.

4.4. Requisitos de Manutenção e Suporte Técnico:

4.4.1. Devido às características da solução, há necessidade de realização de manutenções corretivas/preventivas /adaptativas/evolutivas pela Contratada, visando à manutenção da disponibilidade da solução com atualização das licenças de softwares vacinas e demais recursos de segurança cibernética que compõe a solução.

4.4.2. Deverá ser exigido a garantia, assistência e suporte técnico executados pelo fabricante da solução pelo prazo de 60 (sessenta) meses para os equipamentos (manutenção corretiva de hardware e software, em regime 24x7), de modo a que se garanta que os serviços funcionem sem períodos de interrupções que possam comprometer a disponibilidade dos serviços durante a vida útil do equipamento sem acrescentar custos adicionais ao MinC.

4.4.3. Para possibilitar o controle de suporte e manutenção deverá ser previsto que a execução dos serviços seja através da abertura de chamados técnicos com prazos de atendimento e solução em conformidade com os níveis de serviços requeridos pelo MinC.

4.4.4. Durante a cobertura da garantia de 60 (sessenta) meses, assistência técnica e suporte técnico os equipamentos e serviços deverão ser mantidos atualizados garantindo-se que todas as ferramentas e serviços de proteção que compõe a solução estejam capazes de atuar frente as ameaças cibernéticas mais recentes.

4.4.5. Durante todo o prazo de garantia, 60 (sessenta) meses, o CONTRATANTE poderá solicitar o suporte técnico especializado da fabricante ou empresa oficialmente autorizada pela fabricante a prestar o serviço de suporte no Brasil, sem limitação de quantidade de chamados por período;

4.4.6. A solicitação de suporte técnico por parte da CONTRATANTE se dará através de abertura de chamado, a ser realizado por, no mínimo, os seguintes meios de comunicação, disponibilizados sempre em idioma português (Brasil):

- a) Ligação telefônica gratuita (0800) (disponível em horário comercial);
- b) Sistema web (website) com autenticação segura (mínimo usuário e senha de acesso) (disponível 24x7);
- c) E-mail corporativo (em caso de indisponibilidade dos meios anteriormente citados) (disponível 24x7);

4.4.7. O suporte técnico deverá estar disponível na modalidade “24x7” (24 horas por dia, 7 dias por semana), tanto na modalidade remota quanto presencial (on-site) quando houver a impossibilidade de solucionar o problema de forma remota;

4.4.8. O suporte deverá respeitar, no mínimo, os seguintes tempos de resposta para os níveis de severidade abaixo:

i) Crítica: Significa que a solução ficou inoperante ou ocorreu falha de grande impacto que fez com que a solução parasse de funcionar; Para este nível de severidade o encaminhamento do chamado para atendimento deverá ser de até 02 horas, com tempo de resposta de resolução máxima de 06 horas, a contar da recepção do chamado, sendo preferencialmente prestado na modalidade presencial (on-site).

Nestes casos, considerar-se á como resolução o retorno do funcionamento da solução, seja através de implementação de uma solução definitiva para o incidente, seja por meio de uma solução temporária para colocação emergencial da solução novamente em operação

Para efeitos de contabilização de SLA, o tempo de resolução será registrado para os casos de problemas conhecidos e com solução existente no Suporte do Fabricante. No caso de problemas desconhecidos, que exijam investigação aprofundada e/ou o desenvolvimento de correções de software pelo Fabricante, o tempo transcorrido para estes fins não serão contabilizados para o SLA de tempo de resolução, desde que comunicado formalmente para a CONTRATANTE

obs.: O horário para contagem dos SLAs referentes a esse tipo de incidente é computado de forma corrida independentemente de ser em feriados ou finais de semana!

ii) Alta: Incidentes que não causem a paralisação completa da solução, mas que causem dano moderado em seu funcionamento, tais como: Lentidão elevada, travamentos e interrupções recorrentes, inoperância parcial (alguma funcionalidade ou módulo da solução deixar de funcionar).

Para este nível de severidade o tempo máximo de resposta deverá ser de até 04 (quatro) horas a contar do momento do registro do incidente junto a CONTRATADA, com tempo de resposta de resolução máxima de 08 horas a contar da recepção do chamado, sendo preferencialmente prestado na modalidade presencial (on-site). Nestes casos, considerar-se-á como resolução o restabelecimento do funcionamento normal da solução, seja através de implementação de uma solução definitiva para o incidente, seja por meio de uma solução temporária para colocação emergencial da solução novamente em operação normal;

Para efeitos de contabilização de SLA, o tempo de resolução será registrado para os casos de problemas conhecidos e com solução existente no Suporte do Fabricante. No caso de problemas desconhecidos, que exijam investigação aprofundada e/ou o desenvolvimento de correções de software pelo Fabricante, o tempo transcorrido para estes fins não serão contabilizados para o SLA de tempo de resolução, desde que acatada a justificativa apresentada formalmente para a CONTRATANTE.

iii) Média: Incidentes que causem redução de performance da solução, tais como lentidão intermitente, erros e falhas em determinados módulos ou recursos e falha no funcionamento de políticas já implementadas;

Para este nível de severidade o tempo de resposta deverá ser de até 4 (quatro) horas, em horário comercial com tempo de resposta de resolução máxima de 12 horas, também contabilizadas em horário comercial;

Para efeitos de contabilização de SLA, o tempo de resolução será registrado para os casos de problemas conhecidos e com solução existente no Suporte do Fabricante. No caso de problemas desconhecidos, que exijam investigação aprofundada e/ou o desenvolvimento de correções de software pelo Fabricante, o tempo transcorrido para estes fins não serão contabilizados para o SLA de tempo de resolução, desde que comunicado formalmente para a CONTRATANTE.

iv) Baixa ou informativa: Incidentes de baixo impacto, que não causem falhas ou redução de performance da solução, ou que afetem módulos ou funcionalidades que não sejam consideradas como essenciais para o funcionamento da solução, tais como ferramenta de geração de relatórios, acesso à dashboards, funções administrativas da solução (edição de grupos de administração, por exemplo). Inclui também chamados para esclarecimento de dúvidas sobre a configuração ou funcionamento da solução.

Para este nível de severidade o tempo de resposta deverá ser de até 8 (oito) horas, em horário comercial.

4.5. Requisitos Temporais:

4.5.1. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura na forma do artigo 105 da Lei 14.133, de 2021.

4.5.2. Prazo de entrega dos produtos de 60 (sessenta) dias corridos contados da data de assinatura da Ordem de Fornecimento de bens (OFB).

4.5.3. Prazo de execução dos serviços de instalação, configuração e operação assistida de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data de solicitação dos serviços ou da data agendada para início dos serviços.

4.5.4. Prazo de execução dos serviços de treinamento de até 30 (trinta) corridos, contados a partir da data de solicitação dos serviços ou da data agendada para início dos serviços.

4.5.5. Prazo de execução dos serviços de garantia, assistência técnica e suporte técnico de 60 (sessenta) meses, contados a partir da data do recebimento definitivo dos equipamentos.

4.6. Requisitos de Segurança e Privacidade:

4.6.1. A solução deverá atender aos princípios e procedimentos elencados na Política de Segurança da Informação do CONTRATANTE.

4.6.2. Deve-se identificar todos os profissionais envolvidos na execução do contrato, provenientes da empresa a ser contratada, mantendo um cadastro completo atualizado, que indicará ainda data de início de atuação na prestação de serviços bem como o término, para cada profissional, quando estes ingressarem ou não mais estiverem alocados.

4.6.3. A CONTRATADA deverá se responsabilizar sobre todos os possíveis danos físicos e ou materiais causados ao Órgão e ou a terceiros, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou inobservância às normas e políticas de segurança do MinC.

4.6.4. Existência do Termo de compromisso de Confidencialidade a ser assinado pelo representante da empresa a ser contratada, bem como Termo de Ciência a ser assinado por todos os funcionários da empresa a ser contratada que tiverem acesso a informações ou dependências do MinC, documentos estes previstos neste Termo de Referência.

4.6.5. O software de segurança não deve ser oriundo de código aberto, passível de alterações que podem não ser controladas.

4.6.6. A solução deve permitir autenticação dos usuários através do protocolo LDAP e AD (*Active Directory Domain Service*).

4.7. Requisitos Sociais, Ambientais, Culturais e de Sustentabilidade:

4.7.1. Quanto aos requisitos sociais, os profissionais da CONTRATADA, quando nas dependências do MinC, deverão apresentar-se vestido de forma adequada ao ambiente de trabalho, evitando-se o vestuário que caracterize o comprometimento da boa imagem institucional do MinC.

4.7.2. Os profissionais também deverão respeitar todos os servidores, funcionários e colaboradores em qualquer posição hierárquica, preservando a comunicação e o relacionamento interpessoal construtivo.

4.7.3. Os equipamentos fornecidos deverão possuir funcionalidades que promovam a economia de energia elétrica, como, por exemplo, modo de economia de energia.

4.7.4. Em atenção aos critérios de sustentabilidade, sobretudo como forma de observância à Lei n. 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos e o Decreto n. 7.746, de 5 de junho de 2012, que estabelece critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública, procurou-se incluir requisitos mínimos nas especificações dos equipamentos que buscam garantir a observância da responsabilidade ambiental no âmbito da presente contratação.

4.7.5. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

- Só será admitida a oferta de “descrever o bem de informática e/ou automação (Ex.: notebook, impressora, projetor, fragmentadora)” que cumpra os critérios de segurança, compatibilidade eletromagnética e eficiência energética, previstos na Portaria nº 170, de 2012 do INMETRO.
- Só será admitida a oferta de bens de informática e/ou automação que não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr (VI)), cádmio (Cd), bifenil polibromados (PBBs), éteres difenilpolibromados (PBDEs).
- Os bens de informática e/ou automação a serem utilizados na execução dos serviços deverão possuir a certificação de que trata a Portaria INMETRO nº 170, de 2012 ou deverá ser comprovada segurança, compatibilidade eletromagnética e eficiência energética equivalente.

4.8. Requisitos de Arquitetura Tecnológica:

4.8.1. Para garantir a disponibilidade evitando-se que falhas em um equipamento cause a indisponibilidade dos serviços, a solução deverá ser baseada em hardware e software projetados especificamente para análise de tráfego de dados, composta por 2 (dois) equipamentos idênticos para prover alta disponibilidade, a serem instalados no Bloco B da Esplanada dos Ministérios, referente ao item 1 do objeto.

4.8.2. Para garantir a rastreabilidade de acessos indevidos, a solução deverá possuir recurso para armazenamento de eventos relacionados ao tráfego de dados para registro e análise.

4.8.3. De modo a garantir que a solução esteja sempre atualizada quanto ao surgimento de novos recursos maliciosos, a solução deverá dispor de biblioteca de assinatura de código malicioso atualizável.

4.8.4. Para garantir a análise aprofundada e redução de riscos de acessos a sites e serviços comumente utilizados por hackers e que portanto representam ameaças ou que prejudicam o uso otimizado dos recursos de acesso à internet, a

solução deverá ser capaz de implementar filtragem de pacotes, controle de aplicações, administração de largura de banda, prevenção contra intrusão, rede virtual privada segura, prevenção contra código malicioso, filtro de endereços e controle de acesso à internet.

4.8.5. Possuir ambiente controlado para análise e acesso de endereços e execução de arquivos suspeitos.

4.9. Requisitos de Projeto e de Implementação:

4.9.1. Deverá fazer parte da composição da solução a elaboração de projeto de instalação e configuração de modo a possibilitar a análise prévia da equipe técnica do MinC quanto aos procedimentos necessários para a implementação da solução, com o planejamento de janelas de indisponibilidades e plano de comunicação de modo a dar maior transparência do processo para os usuários da rede MinC.

4.9.2. Desta forma, a contratada deverá apresentar e submeter para aprovação do contratante projeto de migração da solução atualmente instalada no MinC para o novo Firewall, onde o projeto deverá conter, no mínimo, os seguintes elementos:

a) cronograma, levantamento de informações sobre o ambiente, definição dos parâmetros de configuração a serem implementados, topologia, análise de riscos, procedimentos de implementação e de rollback, projeto de migração, instalação física dos equipamentos, configuração de NAT/PAT, DNS, endereçamento IP, roteamento estático e dinâmico, configuração do cluster, configuração e otimização de regras, configuração de alarmes e notificações, e configuração de sistema de gerência e monitoramento, auxílio na integração com ferramenta de monitoramento externa (Zabbix), testes, e documentação final da solução implantada.

4.10. Requisitos de Implantação:

4.10.1. Para garantir a perfeita integração da solução com o parque tecnológico do MinC, e ainda, que os serviços de instalação sejam efetuados de acordo com as recomendações do fabricante, os serviços de instalação, configuração, repasse de tecnologia e operação assistida deverão ser executados por técnico certificado pelo fabricante da solução.

4.11. Requisitos de Garantia e Assistência Técnica:

4.11.1. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 60 (sessenta) meses, contados a partir da data do recebimento definitivo dos equipamentos.

4.11.2. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

4.11.3. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio CONTRATADO, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas por profissional certificado pelo fabricante.

4.11.4. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

4.11.5. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

4.11.6 Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 02 (dois) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo CONTRATADO ou pela assistência técnica autorizada.

4.11.7. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

4.11.8. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

4.11.9. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do CONTRATADO o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

4.11.10. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

4.11.11. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência própria e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

4.11.12. De modo a tornar viável o investimento sem riscos da continuidade dos serviços e com garantia de atualização de softwares e componentes da solução, será exigido garantia, assistência técnica e suporte técnico por período não inferior a 60 (sessenta) meses, em regime 24x7.

4.11.13. Assistência técnica de manutenção preventiva e corretiva no equipamento deverá ser realizada, preferencialmente na modalidade on-site, ou seja, serviço a ser prestado no local de instalação do equipamento, tendo em vista a complexidade, criticidade e requisitos específicos do equipamento que compõe a solução de segurança, de forma a garantir a continuidade dos negócios e conformidade com regulamentações. Entretanto, pode haver a manutenção de forma remota, sempre que possível, de modo a garantir a celeridade da resolução dos problemas.

4.12. Requisitos de Experiência Profissional:

4.12.1. Os serviços de assistência técnica, suporte, garantia, deverão ser prestados por técnicos devidamente capacitados nos produtos em questão devendo possuir certificação do fabricante, bem como com todos os recursos ferramentais necessários para a prestação dos serviços.

4.13. Requisitos de Formação de Equipe

4.13.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar profissionais com conhecimento técnico e capacidade de prestar suporte presencial e remoto aos equipamentos, devendo atuar com profissionais certificados pelo fabricante.

4.14. Requisitos de Metodologia de Trabalho

4.14.1. O fornecimento dos equipamentos está condicionado ao recebimento pelo Contratado de Ordem de fornecimento de Bens (OFB) emitida pela Contratante.

4.14.2. A OFB indicará o tipo de equipamento, a quantidade e a localidade na qual os equipamentos deverão ser entregues.

4.14.3. A CONTRATADA deve fornecer meios para contato e registro de ocorrências da seguinte forma: com funcionamento 24 (vinte e quatro) horas por dia 7 (sete) dias por semana de maneira eletrônica e no mínimo 08 (oito) horas por dia 5 (cinco) dias por semana (em horário comercial) por via telefônica.

4.14.4. O andamento do fornecimento dos equipamentos deve ser acompanhado pelo CONTRATADO, que dará ciência de eventuais acontecimentos à CONTRATANTE.

4.15. Requisitos de Marca e Modelo

4.15.1. De forma a manter a ampla concorrência, desde que atendidos todos as exigências e especificações constantes do Termo de Referência Edital e demais anexos, **não há indicação de preferência por marca e modelo para o presente processo de contratação.**

4.16. Subcontratação

4.16.1. Devido as características de fornecimento dos equipamentos, a subcontratação não é prática comum em processos similares no âmbito da administração pública desta forma, **não será admitida a subcontratação do objeto contratual.**

4.17. Garantia da contratação

4.17.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de 3% (três por cento) do valor contratual, conforme regras previstas no contrato.

4.17.2. Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.17.3. A garantia nas modalidades caução e fiança bancária deverá ser prestada em até 10 (dez) dias após a assinatura do contrato.

4.17.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

5. Modelo de execução do objeto

5. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

5.1. São obrigações da CONTRATANTE

5.1.1. nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;

5.1.2. encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;

5.1.3. receber o objeto fornecido pelo CONTRATADO que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;

5.1.4. aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;

5.1.5. liquidar o empenho e efetuar o pagamento à CONTRATADA, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;

5.1.6. comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;

5.1.7. definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte do CONTRATADO, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável;

5.1.8. prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos cuja criação ou alteração seja objeto da relação contratual pertençam à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer.

5.2. São obrigações da CONTRATADA

5.2.1. designar preposto, aceito pela Administração, que deverá, entre outros, representá-la na execução do contrato e comunicar-se com o Gestor designado pelo CONTRATANTE, a fim de promover a execução do contrato.

5.2.2. atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;

5.2.3. reparar quaisquer danos diretamente causados à Contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução do contrato pela Contratante;

5.2.4. propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela Contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;

5.2.5. manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;

5.2.6. quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;

5.2.7. quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato;

5.2.8. ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração;

5.2.9. fazer a transição contratual, com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução do contrato, quando for o caso;

5.2.10. Os bens de informática e/ou automação a serem utilizados na execução dos serviços deverão possuir a certificação de que trata a Portaria INMETRO nº 170, de 2012 ou deverá ser comprovada segurança, compatibilidade eletromagnética e eficiência energética equivalente.

5.2.11. Os bens de informática e/ou automação a serem utilizados na execução dos serviços não poderão conter substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr (VI)), cádmio (Cd), bifenil polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

5.3. São obrigações do órgão gerenciador do registro de preços:

5.3.1. efetuar o registro do licitante fornecedor e firmar a correspondente Ata de Registro de Preços;

5.3.2. conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações de condições, produtos ou preços registrados;

5.3.3. definir mecanismos de comunicação com os órgãos participantes e não participantes, contendo;

5.3.3.1. as formas de comunicação entre os envolvidos, a exemplo de ofício, telefone, e-mail, ou sistema informatizado, quando disponível; e

5.3.3.2. definição dos eventos a serem reportados ao órgão gerenciador, com a indicação de prazo e responsável;

5.3.4. definir mecanismos de controle de fornecimento da solução de TIC, observando, dentre outros;

5.3.4.1. a definição da produtividade ou da capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC;

5.3.4.2. as regras para gerenciamento da fila de fornecimento da solução de TIC aos órgãos participantes e não participantes, contendo prazos e formas de negociação e redistribuição da demanda, quando esta ultrapassar a produtividade definida ou a capacidade mínima de fornecimento e for requerida pelo Contratado; e

5.3.4.3. as regras para a substituição da solução registrada na Ata de Registro de Preços, garantida a verificação de Amostra do Objeto, observado o disposto no inciso III, alínea "d", subitem 3 do art. 17 da IN SGD nº 94, de 2022, em função de fatores supervenientes que tornem necessária e imperativa a substituição da solução tecnológica;

5.4. Modelo de Execução do Contrato

Rotinas de Execução

Do Encaminhamento Formal de Demandas

5.4.1. O gestor do contrato emitirá a Ordem de fornecimento de bens (OFB) para a entrega dos bens desejados.

5.4.2. O Contratado deverá fornecer equipamentos com as mesmas configurações e quantidades definidas na OFB.

5.4.3. O início de execução do objeto dar-se-á a partir da data de assinatura do contrato, devendo a contratada observar a obrigatoriedade de apresentação da garantia de execução.

5.4.4. A CONTRATADA deverá designar preposto, aceito pela Administração, que deverá, entre outros, representá-la na execução do contrato e comunicar-se com o Gestor designado pelo CONTRATANTE, a fim de promover a execução do contrato.

5.4.5. Após a assinatura do Contrato e a nomeação do Gestor e Fiscais do Contrato, será realizada a Reunião Inicial de alinhamento com o objetivo de nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Edital e seus anexos, e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução dos serviços.

5.4.6. A reunião será realizada em conformidade com o previsto no inciso I do Art. 31 da IN SGD-ME nº 94/2022 e ocorrerá em até 10 (dez) dias úteis da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogada a critério da CONTRATANTE.

5.4.6.1. A pauta desta reunião observará, pelo menos:

a) Apresentação do Preposto da empresa pelo representante legal da Contratada. A Carta de apresentação do Preposto deverá conter no mínimo o nome completo e CPF do funcionário da empresa designado para acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à CONTRATANTE, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual.

b) Apresentação das declarações/certificados do fabricante, comprovando que o produto ofertado possui a garantia solicitada neste termo de referência.

5.4.7. O recebimento provisório e definitivo dos bens é disciplinado em tópico próprio deste TR.

Da Forma de Execução e Acompanhamento do Contrato

Condições de Entrega

5.4.8. O prazo de entrega dos bens é de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data de assinatura da Ordem de Fornecimento de bens (OFB), em remessa única, nas dependências do CONTRATANTE, conforme tabela a seguir:

LOCALIDADE	ENDEREÇO
Sede do Ministério da Cultura - MinC	Esplanada dos Ministérios, Bloco B, Zona Cívico-Administrativa, Brasília, Distrito Federal, CEP 70.0689-00 - subsolo
Centro Técnico Audiovisual - CTAv	Av. Brasil, 2482, Benfica Rio de Janeiro, RJ CEP: 20930 – 040

5.4.9. Com relação aos partícipes, o prazo de entrega dos bens é de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data de assinatura da Ordem de Fornecimento de bens (OFB), em remessa única, nas dependências do CONTRATANTE, conforme tabela a seguir:

LOCALIDADE	ENDEREÇO
Ministério do Turismo - MTur	Esplanada dos Ministérios, Bloco U, 2º andar, sala 211, Zona Cívico-Administrativa, Brasília, Distrito Federal, CEP 70.0689-00
Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA	Esplanada dos Ministérios, Bloco B, 6º andar, sala 644, Zona Cívico-Administrativa, Brasília, Distrito Federal, CEP 70.0689-00
Serviço Florestal Brasileiro - SFB	SCEN, Trecho 02, Avenida L4 norte, Bloco H, sala 10, CEP 70818-900

5.4.10. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior

5.4.11. Os equipamentos deverão estar acondicionados adequadamente em caixas lacradas de forma a propiciar a completa segurança durante o transporte.

5.4.12. Todos os equipamentos deverão ser novos, não reconicionados, de primeiro uso e não deverão conter marcas, amassados, arranhões ou outros problemas e, ainda, serem entregues em pleno estado de funcionamento.

5.4.13. A CONTRATADA deverá fornecer, junto com cada equipamento, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE:

5.4.13.1. Todos os itens acessórios de hardware e software necessários a sua perfeita instalação, funcionamento e manutenção, incluindo cabos, conectores e suportes;

5.4.13.2. Todos os softwares e drivers originais do equipamento (considerando todos os acessórios, componentes e periféricos);

5.4.13.3. Manuais técnicos do usuário e de referência, originais, nos idiomas Inglês e/ou Português, contendo todas as informações sobre os produtos e suas funcionalidades com as instruções para instalação, configuração, operação das funcionalidades e administração do equipamento, confeccionados pela fabricante, podendo ser em meio físico ou digital (não serão aceitos manuais em outro idioma traduzidos pela licitante, impressão de páginas de ajuda ou site, cópias ou qualquer outro tipo de documento que não seja o adotado e reconhecido pela fabricante para a comercialização do equipamento no Brasil);

5.4.13.4. Documentação da fabricante comprovando que a garantia de 60 (sessenta) meses solicitada neste edital é prazo padrão da fabricante para o equipamento fornecido pela empresa contratada, considerando o exato modelo ofertado, ou, caso este prazo não seja o padrão da fabricante, deverá ser fornecida documentação, em nome do CONTRATANTE, que comprove a garantia estendida do equipamento fornecido, visando à complementação da garantia padrão da fabricante até o prazo de garantia deste projeto, considerando o exato modelo ofertado pelo licitante.

5.4.13.5. Documentação da fabricante comprovando a contratação de licenciamento, assinaturas e/ou subscrição dos softwares e/ou serviços necessários para implementação de todas as funcionalidades requeridas neste Termo de Referência, pelo período de 60 (sessenta) meses.

5.4.14. A CONTRATADA deverá providenciar, na entrega dos equipamentos ou no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data da entrega, a desembalagem, a verificação quantitativa de todos equipamentos, componentes e acessórios, a verificação da integridade física, a montagem em racks e a conectorização elétrica, bem como realizar um teste rápido visando aferir o funcionamento dos produtos.

5.5. Do Projeto de Instalação e Configuração

5.5.1. A solução de segurança de rede de dados deverá ser fornecida, instalada, otimizada, testada e documentada, de acordo com Projeto de Instalação e Configuração a ser elaborado pela CONTRATADA.

5.5.2. O Projeto de Instalação e Configuração deverá ser concebido levando em consideração o atual ambiente e topologia existentes no CONTRATANTE, prevendo a instalação do(s) novo(s) produto(s), adequações e a migração para a nova solução, de modo a otimizar o ambiente e ampliar a segurança.

5.5.3. O projeto deverá ser submetido para aprovação pelo CONTRATANTE até a data agendada para início dos serviços de instalação e configuração.

5.6. Dos Serviços de Instalação, Configuração e Operação Assistida

5.6.1. A CONTRATADA deverá executar os serviços de instalação, configuração e operação assistida em um prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados da data indicada em ORDEM DE INÍCIO DE SERVIÇOS.

5.6.2. O CONTRATANTE emitirá a ORDEM DE INÍCIO DE SERVIÇOS (que terá vigência em quanto o contrato também estiver) com, no mínimo, 5 (cinco) dias úteis de antecedência.

5.6.3. São atividades inerentes a instalação e configuração, as quais devem ser executadas pela CONTRATADA:

5.6.3.1. Elaboração da documentação;

5.6.3.2. Cronograma de Execução;

5.6.3.3. Levantamento de informações sobre o ambiente;

5.6.3.4. Definição dos parâmetros de configuração a serem implementados;

5.6.3.5. Topologia;

5.6.3.6. Análise de riscos;

5.6.3.7. Procedimentos de implementação e de rollback;

5.6.3.8. Projeto de migração;

5.6.3.9. Instalação física dos equipamentos;

5.6.3.10. Configuração de NAT/PAT, DNS;

5.6.3.11. Configuração de endereçamento IP e roteamento estático e dinâmico;

5.6.3.12. Configuração do cluster;

5.6.3.13. Configuração e otimização de regras;

5.6.3.14. Configuração de alarmes e notificações;

5.6.3.15. Configuração da solução de gerência e monitoramento;

5.6.3.16. Auxílio na integração da solução com ferramenta de monitoramento externa (Zabbix);

5.6.3.17. Testes;

5.6.3.18. Documentação final da solução implantada.

5.6.4. A migração deverá ser planejada em conjunto com o CONTRATANTE, prevendo o menor *downtime* possível durante sua execução, mantendo-se a possibilidade de *rollback* simplificado em caso de necessidade.

5.6.5. Deverá ser realizada configuração de todas as funcionalidades presentes na solução, mesmo que não constem explicitamente neste documento.

5.6.6. Deverá ser realizado repasse de tecnologia durante a implementação para a equipe técnica do CONTRATANTE, *in loco* e no ambiente implantado, com o objetivo de prover informações suficientes para supervisão e gestão do ambiente.

5.6.7. Todas as despesas, incluindo transporte, hospedagem, alimentação e outras necessárias para execução dos serviços correrão por conta da CONTRATADA.

5.6.8. Os serviços de instalação e configuração deverão ser prestados por técnico(s) da CONTRATADA certificado(s) pela fabricante da solução. Durante todo o período de instalação e configuração, a fabricante deverá disponibilizar meios de consulta técnica para as equipes da CONTRATANTE, com a finalidade de esclarecimento de dúvidas, validação das configurações pretendidas e aplicadas, além de resolução de problemas.

5.6.9. A critério do CONTRATANTE, os serviços (totalmente ou em parte) poderão ser executados fora do horário comercial e/ou em finais de semana ou feriados, sem custo adicional para o CONTRATANTE, visando minimizar os transtornos aos usuários pela eventual indisponibilidade dos serviços.

5.6.10. Após a conclusão da migração da solução, a CONTRATADA deverá acompanhar a equipe técnica do CONTRATANTE na execução das principais tarefas administrativas do dia-a-dia, atuando em esclarecimentos, ajustes e eventuais correções, durante 5 (cinco) dias úteis (operação assistida)..

5.7. Do Treinamento

5.7.1. A CONTRATADA deverá fornecer *vouchers* para realização de treinamento na solução adquirida.

5.7.2. O treinamento deve ser um curso oficial da fabricante abrangendo a instalação, configuração, operação, gerenciamento e solução de problemas, bem como todas as funcionalidades disponíveis na solução implantada.

5.7.3. A CONTRATADA deverá fornecer toda a infraestrutura – local, instrutor, coffee-break, material, equipamentos, entre outros – necessária para realização do treinamento, sem ônus adicional para a Contratante;

5.7.4. O treinamento deverá ser ofertado em português e o material didático deverá ser em Português ou Inglês.

5.7.5. O treinamento deverá possuir carga horária adequada de forma a abranger todo o conhecimento necessário para operar a solução implantada no CONTRATANTE, e em quantos módulos forem necessários, de acordo com o treinamento oficial.

5.7.6. O treinamento deve ser realizado, preferencialmente, no período de segunda a sexta-feira, em dias úteis, entre 8 (oito) horas e 18 (dezoito) horas, sendo que não poderá exceder o máximo de 8 (oito) horas diárias.

5.7.7. O treinamento deverá envolver conteúdo teórico e prático, abordando todas as funcionalidades da ferramenta, em especial:

5.7.7.1. Apresentação da arquitetura da solução e dos conceitos fundamentais;

5.7.7.2. Instalação da solução;

5.7.7.3. Configuração e gerenciamento da solução;

5.7.7.4. Operação completa da solução;

5.7.7.5. Criação de regras e políticas que abranjam todos os recursos da solução especificados nesse termo de referência;

5.7.7.6. Geração de reports;

5.7.7.7. Análise de problemas;

5.7.7.8. Geração e customização de relatórios, caso aplicável;

5.7.7.9. Alertas e ações;

5.7.7.10. Troubleshooting.

5.7.8. Deverá ser fornecido certificado de participação para cada participante que obtiver pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) de frequência.

5.7.9. O pagamento do treinamento somente será efetuado após a entrega do Certificado de Conclusão do Curso, que deverá descrever, pelo menos:

5.7.9.1. Título;

5.7.9.2. Nome completo do participante;

5.7.9.3. Carga horária;

5.7.9.4. Local e data da realização do curso.

5.8. Da Garantia, Assistência Técnica e Suporte Técnico

5.8.1. Deverão ser prestados serviços de garantia, assistência técnica e suporte técnico, através da fabricante da solução, em todos os produtos fornecidos, pelo período de 60 (sessenta) meses.

5.8.2. Manutenção corretiva de hardware dos produtos fornecidos, incluindo a reparação de eventuais falhas, mediante a substituição de peças e componentes por outros de mesma especificação, novos de primeiro uso e originais, de acordo com os manuais e normas técnicas específicas para os mesmos.

5.8.3. Atualizações corretivas e evolutivas de *software* e *firmware*, incluindo pequenas atualizações de *release*, reparos de pequenos defeitos (*bug fixing patches*).

5.8.4. Ajustes e configurações conforme manuais e normas técnicas da fabricante.

5.8.5. Assistência técnica especializada para investigar, diagnosticar e resolver incidentes e problemas relativos aos produtos fornecidos.

5.8.6. Fornecimento de informações e esclarecimentos de dúvidas sobre a instalação, administração, configuração, otimização ou utilização dos produtos adquiridos.

5.8.7. A garantia de 60 (sessenta) meses, para todos os componentes ofertados na proposta, deverá ser comprovada pela fabricante do equipamento (por meio de site, portal ou documentação).

5.8.8. Os serviços de garantia, assistência técnica e suporte técnico deverão ser prestados 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias por ano, no local onde os equipamentos se encontrarem instalados (on-site), por técnicos devidamente habilitados e credenciados pela fabricante, com nível de certificação compatível com as atividades a serem executadas, e sem qualquer ônus adicional.

5.8.9. A Contratada deverá disponibilizar canal de atendimento para abertura de chamados técnicos, mediante número 0800 ou número local (nas cidades onde se encontrarem instalados os equipamentos) em horário comercial. Adicionalmente, deverá ser disponibilizado serviço de abertura de chamado via site ou e-mail para os registros de acionamentos fora do horário comercial.

5.8.10. Para cada chamado técnico, a Contratada deverá informar um número de controle (protocolo) para registro, bem como manter histórico de ações e atividades realizadas.

5.8.11. Os chamados técnicos serão classificados por criticidade, de acordo com o impacto no ambiente computacional, conforme abaixo:

5.8.11.1. Prioridade Alta: Sistema indisponível ou com degradação de desempenho;

5.8.11.2. Prioridade Média: Sistema disponível, porém com mal funcionamento, que importe baixa degradação de desempenho ou comprometimento em um de seus elementos (que cause risco para a disponibilidade);

5.8.11.3. Prioridade Baixa: Sistema disponível, sem impacto em seu desempenho ou disponibilidade; consultas gerais sobre instalação, administração, configuração, otimização, *troubleshooting* ou utilização.

5.8.12. O nível de severidade será informado pelo CONTRATANTE.

5.8.13. O CONTRATANTE poderá escalar os chamados para níveis mais altos ou baixos, de acordo com a criticidade do problema ou modificação no status da situação.

5.8.14. O prazo de atendimento começará a ser contado a partir da hora do acionamento do suporte.

5.8.15. O término do atendimento à ocorrência se dará através de:

5.8.15.1. Solução definitiva;

5.8.15.2. Solução de contorno e escalonamento do chamado para um nível de menor severidade, mediante aprovação do CONTRATANTE;

5.8.15.3. Solução de contorno e escalonamento do chamado para a fabricante, em caso de correção de falhas (bugs) ou da liberação de novas versões e patches de correção, desde que comprovado pela fabricante que se trata de problema de software/versão.

5.8.16. O encerramento do chamado será dado por servidor da Contratante na conclusão dos serviços, após a disponibilização da solução para uso em perfeitas condições de funcionamento no local onde está instalada.

5.8.17. Cabe aos técnicos da CONTRATADA, da fabricante ou de empresa autorizada pela fabricante, a tarefa de identificar o problema e sua causa.

5.8.18. Em caso de falhas irreversíveis de hardware ou impossibilidade de solução pela assistência técnica, a CONTRATADA deverá providenciar a troca por equipamento idêntico, bem como sua posterior configuração.

5.8.19. Por questão de segurança, os equipamentos e softwares nunca deverão ser removidos das dependências da CONTRATANTE sem a remoção de dados ou regras sigilosas.

5.8.20. No caso de troca do produto por defeito, não haverá nenhum ônus adicional para o CONTRATANTE.

5.8.21. Os componentes danificados deverão ser substituídos, entregues, instalados e configurados, de modo a deixar o equipamento em perfeitas condições de uso e com todas as funcionalidades operacionais, nas dependências do CONTRATANTE, nos prazos de solução estabelecidos acima, sem a cobrança de quaisquer custos adicionais (frete, seguro, etc.).

5.8.22. Durante todo o período de garantia e suporte técnico, a CONTRATADA disponibilizará os softwares e atualizações necessários ao funcionamento dos produtos fornecidos, fornecendo as novas versões ou releases lançados. Os softwares tratados neste item incluem vacinas de antivírus/antimalware, assinaturas do filtro de conteúdo web, software de gerenciamento, firmwares de BIOS e drivers. Deverá a CONTRATADA prestar o suporte necessário para a instalação e configuração dos mesmos.

5.8.23. Todos os serviços deverão ser prestados por equipe técnica qualificada pela fabricante da solução.

5.8.24. A CONTRATADA não poderá impor qualquer limitação de quantitativo de chamados, seja diário, mensal, anual, ou de tempo de duração dos chamados, durante o período de prestação dos serviços.

5.8.25. O CONTRATANTE poderá acompanhar os chamados técnicos, mesmo os abertos pela CONTRATADA junto à fabricante.

5.9. Cronograma de Execução

Etapa	DESCRIÇÃO	PRAZOS
1	ASSINATURA DO CONTRATO	Após autorização da contratação.
2	APRESENTAÇÃO DA GARANTIA DE EXECUÇÃO	Em até 10 (dez) dias contados da data de assinatura do contrato
3	REUNIÃO INICIAL	Em até 10 (dez) dias úteis contados da data de assinatura do contrato
4	ASSINATURA DA ORDEM DE FORNECIMENTO DE BENS - OFB	Após a Reunião Inicial.
5	ENTREGA DOS PRODUTOS	Em até 60 (sessenta) dias corridos contados da data de assinatura da Ordem de Fornecimento de bens (OFB)
6	ENTREGA DO PROJETO DE INSTALAÇÃO	até 10 (dez) dias úteis da assinatura do contrato até o início da execução dos serviços de instalação, configuração e operação assistida
7	INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO	Em até 10 (dez) dias úteis contados da data do RECEBIMENTO PROVISÓRIO
8	OPERAÇÃO ASSISTIDA	30 (trinta) dias corridos contados da data do RECEBIMENTO DEFINITIVO
9	TREINAMENTO	Em até 30 (trinta) dias corridos contados da data da solicitação do treinamentos ou em data agendada junto a CONTRATANTE
10	GARANTIA, ASSISTÊNCIA E SUPORTE TÉCNICO	Prazo de 60 (sessenta) meses contados a partir da data de RECEBIMENTO DEFINITIVO dos equipamentos
11	RECEBIMENTO PROVISÓRIO	Na data da entrega do objeto ou serviço
12	RECEBIMENTO DEFINITIVO DO OBJETO	No prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data do recebimento provisório
13	PAGAMENTO	Em até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa

Dos Instrumentos Formais de comunicação

5.10. São definidos como mecanismos formais de comunicação, entre a CONTRATANTE e o CONTRATADO, os seguintes:

5.10.1. Ordem de Fornecimento de Bens;

5.10.2. Ata de Reunião;

5.10.3. Ofício;

5.10.4. Sistema de abertura de chamados;

5.10.5. E-mails e Cartas;

5.10.6. A emissão de nota de empenho, assinatura de contrato, solicitação de fornecimento e/ou ordem de início de serviços serão os instrumentos formais para solicitação dos bens e serviços pertencentes ao escopo desta contratação.

5.10.7. Os serviços de garantia, assistência técnica e suporte técnico serão solicitados por chamados técnicos através de telefone, mensagem eletrônica (e-mail) ou qualquer outro meio de comunicação (portal web, por exemplo).

Dos procedimentos de transição e finalização do contrato

5.11. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato além das cláusulas e condições já previstas nos Instrumento Contratual e Termo de Referência.

Da Quantidade mínima de bens ou serviços para comparação e controle

5.12. Cada OFB conterá a quantidade da ser fornecida, incluindo a sua localização e o prazo, conforme definições deste TR.

Das Formas de Pagamento

5.13. Os critérios de medição e pagamento serão tratados em Tópico próprio do Modelo de Gestão do Contrato.

Manutenção do Sigilo e Normas de Segurança

5.14. A CONTRATADA deverá manter sigilo sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução do contrato, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo CONTRATANTE a tais documentos.

5.15. O Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal da CONTRATADA, e Termo de Ciência, a ser assinado por todos os empregados do CONTRATADO diretamente envolvidos na contratação, encontram-se nos ANEXOS deste TR.

6. Modelo de gestão do contrato

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Reunião Inicial

6.5. Após a assinatura do Contrato e a nomeação do Gestor e Fiscais do Contrato, será realizada a Reunião Inicial de alinhamento com o objetivo de nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Edital e seus anexos, e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução do contrato. .

6.6. A reunião será realizada em conformidade com o previsto no inciso I do Art. 31 da IN SGD/ME nº 94, de 2022, e ocorrerá em até 10(dez) dias úteis da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogada a critério da Contratante.

6.7. A pauta desta reunião observará, pelo menos:

1. 6.7.1 Presença do representante legal da contratada, que apresentará o seu preposto;
2. 6.7.2 Entrega, por parte da Contratada, do Termo de Compromisso e dos Termos de Ciência;
3. 6.7.3 Esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gestão do contrato;
4. 6.7.4 A Carta de apresentação do Preposto deverá conter no mínimo o nome completo e CPF do funcionário da empresa designado para acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à CONTRATANTE, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual;
5. 6.7.5 Apresentação das declarações/certificados do fabricante, comprovando que o produto ofertado possui a garantia solicitada neste Termo de Referência.

Fiscalização

6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)) nos termos do art. 33 da IN SGD nº 94, de 2022, observando-se, em

Fiscalização Técnica

6.9. O fiscal técnico do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, II, da IN SGD nº 94, de 2022, acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.9.1. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

6.9.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

6.9.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#)).

6.9.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#)).

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

Fiscalização Administrativa

6.10. O fiscal administrativo do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, IV, da IN SGD nº 94, de 2022, verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.10.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

Gestor do Contrato

6.11. O gestor do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, I, da IN SGD nº 94, de 2022, coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV](#)).

6.12. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III](#)).

6.13. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II](#)).

6.14. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII](#)).

6.15. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X](#)).

6.16. O gestor do contrato elaborará relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI](#)).

Critérios de Aceitação

6.17. A avaliação da qualidade dos produtos entregues, para fins de aceitação, consiste na verificação dos critérios relacionados a seguir:

6.17.1. Todos os equipamentos fornecidos deverão ser novos (incluindo todas as peças e componentes presentes nos produtos), de primeiro uso (sem sinais de utilização anterior), não reconicionados e em fase de comercialização normal através dos canais de venda do fabricante no Brasil (não serão aceitos produtos end-of-life)

6.17.2. Todos os componentes do(s) equipamento(s) e respectivas funcionalidades deverão ser compatíveis entre si, sem a utilização de adaptadores, frisagens, pinturas, usinagens em geral, furações, emprego de adesivos, fitas adesivas ou quaisquer outros procedimentos não previstos nas especificações técnicas ou, ainda, com emprego de materiais inadequados ou que visem adaptar forçadamente o produto ou suas partes que sejam fisicamente ou logicamente incompatíveis.

6.17.3. Todos os componentes internos do(s) equipamento(s) deverá(ão) estar instalado(s) de forma organizada e livres de pressões ocasionados por outros componentes ou cabos, que possam causar desconexões, instabilidade, ou funcionamento inadequado.

6.17.4. O número de série de cada equipamento deve ser obrigatório e único, afixado em local visível, na parte externa do gabinete e na embalagem que o contém. Esse número deverá ser identificado pelo fabricante, como válido para o produto entregue e para as condições do mercado brasileiro no que se refere à garantia e assistência técnica no Brasil.

6.17.5. Serão recusados os produtos que possuam componentes ou acessórios com sinais claros de oxidação, danos físicos, sujeira, riscos ou outro sinal de desgaste, mesmo sendo o componente ou acessório considerado como novos pelo fornecedor dos produtos.

6.17.6. Os produtos, considerando a marca e modelo apresentados na licitação, não poderão estar fora de linha comercial, considerando a data de LICITAÇÃO (abertura das propostas). Os produtos devem ser fornecidos completos e prontos para a utilização, com todos os acessórios, componentes, cabos etc.

6.17.7. Todas as licenças, referentes aos softwares e drivers solicitados, devem estar registrados para utilização do Contratante, em modo definitivo (licenças perpétuas), legalizado, não sendo admitidas versões “shareware” ou “trial”. O modelo do produto ofertado pelo licitante deverá estar em fase de produção pelo fabricante (no Brasil ou no exterior), sem previsão de encerramento de produção, até a data de entrega da proposta.

6.17.8. A Contratante poderá optar por avaliar a qualidade de todos os equipamentos fornecidos ou uma amostra dos equipamentos, atentando para a inclusão nos autos do processo administrativo de todos os documentos que evidenciem a realização dos testes de aceitação em cada equipamento selecionado, para posterior rastreabilidade.

6.17.9. Só haverá o recebimento definitivo, após a análise da qualidade dos bens e/ou serviços, em face da aplicação dos critérios de aceitação, resguardando-se ao CONTRATANTE o direito de não receber o OBJETO cuja qualidade seja comprovadamente baixa ou em desacordo com as especificações definidas neste Termo de Referência – situação em que poderão ser aplicadas à CONTRATADA as penalidades previstas em lei, neste Termo de Referência e no CONTRATO. Quando for o caso, a empresa será convocada a refazer todos os serviços rejeitados, sem custo adicional.

Procedimentos de Testes e Inspeção

6.18. Serão adotados como procedimentos de teste e inspeção, para fins de elaboração dos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo:

6.18.1. Análise comparativa dos itens exigidos no Termo de Referência com as informações constantes dos equipamentos entregues;

6.18.2 Análise comparativa da documentação de entrega, especificações e detalhes constantes do site do fabricante, comparação do modelo e marca do produtos entregues com os registros constantes da proposta.

6.18.3 Acesso aos ambientes de gestão e operação da solução para a constatação das funcionalidades, serviços e recursos exigidos no Edital e anexos.

6.18.4 Teste de funcionalidades por amostragem e avaliação do desempenho dos equipamentos conforme exigências constantes no edital e anexos.

Níveis Mínimos de Serviços Exigidos

6.19. Os níveis mínimos de serviço são indicadores mensuráveis estabelecidos pelo CONTRATANTE para aferir objetivamente os resultados pretendidos com a contratação. São considerados para a presente contratação os seguintes indicadores:

IAE – INDICADOR DE ATRASO NO FORNECIMENTO DO EQUIPAMENTO

Tópico	Descrição	
Finalidade	Medir o tempo de atraso na entrega dos produtos e serviços constantes na Ordem de Fornecimento de Bens.	
Meta a cumprir	IAE < = 0	A meta definida visa garantir a entrega dos produtos e serviços constantes nas Ordens de Fornecimento de Bens dentro do prazo previsto.
Instrumento de medição	OFB, Termo de Recebimento Provisório (TRP)	
Forma de acompanhamento	<p>A avaliação será feita conforme linha de base do cronograma registrada na OFB.</p> <p>Será subtraída a data de entrega dos produtos da OFB (desde que o fiscal técnico reconheça aquela data, com registro em Termo de Recebimento Provisório) pela data de início da execução da OFB.</p>	
Periodicidade	Para cada Ordem de Fornecimento de Bens encerrada e com Termo de Recebimento Definitivo.	
Mecanismo de Cálculo (métrica)	<p>$IAE = \text{TEX} - \text{TEST}$</p> <p>Onde: IAE – Indicador de Atraso de Entrega da OFB;</p> <p>TEX – Tempo de Execução – corresponde ao período de execução da OFB, da sua data de início até a data de entrega dos produtos da OFB.</p> <p>A data de início será aquela constante na OFB; caso não esteja explícita, será o primeiro dia útil após a emissão da OFB.</p> <p>A data de entrega da OFB deverá ser aquela reconhecida pelo fiscal técnico, conforme critérios constantes neste Termo de Referência. Para os casos em que o fiscal técnico rejeita a entrega, o prazo de execução da OFB continua a correr, findando-se apenas quanto o Contratado entrega os produtos da OFB e haja aceitação por parte do fiscal técnico.</p> <p>TEST – Tempo Estimado para a execução da OFB – constante na OFB, conforme estipulado no Termo de Referência.</p>	
Observações	<p>Obs1: Serão utilizados dias corridos na medição.</p> <p>Obs2: Os dias com expediente parcial no órgão/entidade serão considerados como dias corridos no cômputo do indicador.</p>	
Início de Vigência	A partir da emissão da OFB.	
Faixas de ajuste no pagamento e Sanções	<p>Para valores do indicador IAE:</p> <p>Menor ou igual a 0 – Pagamento integral da OFB;</p> <p>De 1 a 60 - aplicar-se-á glosa de 0,1666% por dia de atraso sobre o valor da OFB ou fração em atraso.</p> <p>Acima de 60 - aplicar-se-á glosa de 10% bem como multa de 2% sobre o valor OFB ou fração em atraso.</p>	

IAST – INDICADOR DE ATRASO NO SUPORTE TÉCNICO	
Tópico	Descrição
Finalidade	Medir o tempo de atraso na entrega dos produtos e serviços constantes na Ordem de Fornecimento de Bens.
Meta a cumprir	IAST <= 0
Instrumento de medição	Acionamento do suporte técnico, Atendimento da solicitação de suporte (TRP)
Forma de acompanhamento	A avaliação será feita conforme prazos previstos para atendimento do suporte técnico no Termo de Referência.
Periodicidade	para cada acionamento do suporte técnico.
Mecanismo de Cálculo (métrica)	<p>IAST = TEX – PPA</p> <p>Onde:</p> <p>IAST – Indicador de Atraso do Suporte Técnico;</p> <p>PPAS – Prazo Previsto para o Atendimento do Suporte - corresponde ao prazo previsto para o atendimento dos acionamentos do suporte técnico durante a vigência da garantia de 60 (sessenta) meses.</p> <p>TAST - Tempo de Atendimento do Suporte Técnico - Tempo gasto pela CONTRATADA para solucionar o problema ou atender a solicitação registrada pelo CONTRATANTE registrado no sistema de suporte técnico ou por meio de outros canais formais de comunicação entre as partes.</p> <p>A data de início será aquela constante na Solicitação; caso não esteja explícita, será o primeiro dia útil após a emissão da Solicitação.</p> <p>A data de entrega do serviço deverá ser aquela reconhecida pelo fiscal técnico, conforme critérios constantes neste Termo de Referência.</p>
Observações	<p>Obs1: Serão utilizados dias corridos na medição.</p> <p>Obs2: Os dias com expediente parcial no órgão/entidade serão considerados como dias corridos no cômputo do indicador.</p>
Início de Vigência	A partir do registro da solicitação de suporte técnico.
Faixas de ajuste no pagamento e Sanções	<p>Para os valores do indicador IAST:</p> <p>Os valores considerados neste indicador para eventuais sanções serão os mesmo previstos no IAE (Indicador de Atraso de Entrega de OS ou de solicitações suporte técnico registradas nos instrumentos formais de comunicação) os prazos previstos constam do item "Requisitos de Manutenção e Suporte Técnico" deste Termo de Referência"</p>

Sanções Administrativas e Procedimentos para retenção ou glosa no pagamento

6.20. Os Nos casos de inadimplemento na execução do objeto, as ocorrências serão registradas pela Contratante, conforme a tabela abaixo:

<i>Id</i>	<i>Ocorrência</i>	<i>Glosa / Sanção</i>
1	Não prestar os esclarecimentos imediatamente, referente à execução do contrato e execução dos serviços, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidos no prazo máximo de (24) horas úteis.	Multa de 0,1666% do valor da OFB referente ao objeto do Contrato por dia útil de atraso em prestar as informações por escrito, ou por outro meio quando autorizado pela Contratante, até o limite de (20) dias úteis.
		Após o limite de 20 (vinte) dias úteis, aplicar-se-á multa de 10 (dez) % do valor total do Contrato.
2	Não atender ao indicador de nível de serviço IAE (Indicador de Atraso de Entrega de OS ou de solicitações suporte técnico registradas nos instrumentos formais de comunicação)	Glosa de 0,10 (um décimo) % sobre o valor da OS/OFB para valores do indicador IAE de 0,11 a 0,20.
		Glosa de 0,20 (dois décimos) % sobre o valor da OS para valores do indicador IAE de 0,21 a 0,30.
		Glosa de 0,30 (três décimos) % sobre o valor da OS para valores do indicador IAE de 0,31 a 0,50.
		Glosa de (0,5) % sobre o valor da OS para valores do indicador IAE de 0,51 a 1,00.
		Multa de 2 (dois) % sobre o valor do Contrato e Glosa de 2 (dois) % sobre o valor da OS, para valores do indicador IAE maiores que 1,00.
N	Não cumprir qualquer outra obrigação contratual não citada nesta tabela.	Advertência. Em caso de reincidência ou configurado prejuízo aos resultados pretendidos com a contratação, aplica-se multa de 05 (cinco) % do valor total do Contrato.

6.21. Os Nos termos do art. 19, inciso III da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, nos casos em que o Contratado:

6.21.1. não atingir os valores mínimos aceitáveis fixados nos critérios de aceitação, não produzir os resultados ou deixar de executar as atividades contratadas; ou

6.21.2. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para fornecimento da solução de TIC, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7. Critérios de medição e pagamento

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

I Recebimento do Objeto

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 15 (quinze) dias úteis

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que for pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

II Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

III Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice de Custos da Tecnologia da Informação (ICTI) de correção monetária.

IV Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.23. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.24. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

V Cessão de crédito

7.25. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na [Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020](#), conforme as regras deste presente tópico.

7.25.1. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.26. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.27. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), tudo nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#).

7.26. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.27. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

8.1.1. O regime de execução do CONTRATO será por empreitada por preço global: contratação da execução do serviço por preço certo e total.

Da Aplicação da Margem de Preferência

8.2. Não será aplicada margem de preferência na presente contratação.

Exigências de Habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.3.1. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.3.2. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.3.3. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.3.4. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.3.5. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

8.3.6. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.3.7. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.3.8. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

8.3.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.4. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.5. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.6. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.8. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.9. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.10. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.11. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.12. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;

8.13. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#);

8.14. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

8.14.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.14.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.14.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 02 (dois) anos;

8.14.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.15. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação o capital social mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 5 (cinco)% do valor total estimado da contratação.

8.16. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

Qualificação Técnica

8.17. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.17.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.17.1.1. Para efeito de qualificação técnica, a LICITANTE deve demonstrar sua aptidão e capacidade técnico-operacional para a execução do OBJETO mediante comprovação de prestação bem-sucedida de fornecimento de bens e de serviços em características e quantidades compatíveis com a presente licitação, mediante apresentação de um ou mais ATESTADO(S) DE CAPACIDADE TÉCNICA que deverão comprovar o fornecimento de, no mínimo, 01 equipamento NGF com configurações similares aquelas previstas para o item I constante do objeto desta CONTRATAÇÃO.

8.17.1.2. Para a exigência do item supracitado será aceito equipamentos com throughput de, no mínimo, 4 (quatro) Gbps com as funcionalidades de controle de aplicação, IPS, Antivírus, Anti-Spyware e Sandbox habilitadas simultaneamente na solução,

8.17.1.3. a Licitante(s) deverá apresentar, ainda:

a) atestado(s) que se refiram a contratos já concluídos ou já decorrido no mínimo um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior;

b) atestado(s) que se refiram a serviços prestados ou fornecimentos realizados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

8.17.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.17.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.17.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.18. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.18.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);

8.18.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.18.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.18.4. O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);

8.18.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.28.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.28.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 9.694.255,87

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 9.694.255,87 (nove milhões, seiscentos e noventa e quatro mil, duzentos e cinquenta e cinco reais e oitenta e sete centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT /CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Módulo de Segurança (CLUSTER) - tipo I	484747	Unidade	3	R\$ 2.038.629,58	R\$ 6.115.888,74
2	Módulo de Segurança - tipo II	484747	Unidade	5	R\$ 278.471,00	R\$ 1.392.355,00
3	Módulo de Segurança - tipo III	484747	Unidade	26	R\$ 34.575,00	R\$ 898.950,00
4	Sistema de gerência centralizada com armazenamento de logs	27472	Unidade	4	R\$ 184.225,95	R\$ 736.903,80
5	Serviço de instalação e configuração para a solução	26972	Unidade	5	R\$ 55.731,67	R\$ 278.658,33
6	Treinamento "hands on" sobre solução de firewall	20052	Unidade	5	R\$ 54.300,00	R\$ 271.500,00
VALOR GLOBAL						R\$ 9.694.255,87

9.2. Considerando que o valor estimado foi obtido por meio de levantamento de informações sobre pregões similares, restou verificado que há a possibilidade de alguns preços estarem sujeitos a correção de acordo com o Índice de Custo da Tecnologia da Informação (ICTI), desta forma, parece-nos razoável definir como o valor máximo o valor estimado somado ao ICTI acumulado dos últimos 12 (doze) meses.

9.3. Com relação ao dimensionamento da proposta, conforme previsto no art. 12, § 4º da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, nas licitações por preço global, cada serviço ou produto do lote foi discriminado em itens separados nas propostas de preços, de modo a permitir a identificação do seu preço individual na composição do preço global, e a eventual incidência sobre cada item das margens de preferência para produtos e serviços que atendam às Normas Técnicas Brasileiras - NTB, de acordo com o art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021.

OBS.: A memória de cálculo e demais informações relacionadas aos valores estimados constam no ANEXO II do Estudo Técnico Preliminar.

10. Adequação orçamentária

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 420020 – 00001;

II) Fonte de Recursos: 1000;

III) Programa de Trabalho: 42101. 13.122.0032.2000.0001 – Administração da Unidade;

IV) Elemento de Despesa: 44.90.5235 MATERIAL DE TIC (PERMANENTE); 33.90.40.20 (TREINAMENTO /CAPACITACAO EM TIC); 33.90.40.22 (INSTALACAO DE EQUIPAMENTOS DE TIC)

V) PTRES: 226109;

VI) Plano Interno: a CGOFC informará o PI para cada empresa (contrato);

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

FREDERICO GUIMARAES CARDOSO

Integrante Administrativo



Assinou eletronicamente em 03/11/2023 às 11:43:05.

FELIPE FINGER SANTIAGO

Integrante Técnico



Assinou eletronicamente em 03/11/2023 às 10:48:17.

JAIME HELENO CORREA DE LISBOA

Autoridade máxima da área de TIC



Assinou eletronicamente em 03/11/2023 às 11:23:40.

RAMON LEONN VICTOR MEDEIROS

Integrante Requisitante



Assinou eletronicamente em 03/11/2023 às 10:54:47.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Termo de Compromisso de SIGILO.pdf (247.73 KB)
- Anexo II - Modelo-Termo-Ciência-Minc.pdf (199.25 KB)
- Anexo III - Anexo - Caderno de Especificações Técnicas - Firewall.pdf (158.42 KB)

Anexo I - Termo de Compromisso de SIGILO.pdf



MINISTÉRIO DA CULTURA

Histórico de Revisões

Data	Versão	Descrição	Autor
DD/MM/AAAA	1.0	Primeira versão do documento.	XXXXXXXXXXXX

ATENÇÃO!

< Os trechos marcados em vermelho neste documento são editáveis, notas explicativas ou exemplos, devendo ser substituídos ou excluídos, conforme necessidade>.

<Conforme **ACÓRDÃO 172/2021 – TCU -PLENÁRIO**, os órgãos e entidades federais têm o dever legal de realizar o planejamento prévio de cada contratação de TIC, inclusive daquelas viabilizadas mediante adesão a ARPs, que vai além do mero preenchimento formal dos artefatos previstos na legislação>.



MINISTÉRIO DA CULTURA

TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO

INTRODUÇÃO

O Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo registra o comprometimento formal da Contratada em cumprir as condições estabelecidas no documento relativas ao acesso e utilização de informações sigilosas da Contratante em decorrência de relação contratual, vigente ou não.

Referência: Art. 18, Inciso V, alínea “a” da IN SGD/ME Nº 94/2022.

Pelo presente instrumento o MINISTÉRIO DA CULTURA, sediado Esplanada dos Ministérios, Bloco B, Bairro Zona Cívico Administrativa, Brasília/DF, CEP 70068-900 em, CNPJ nº XXXXX, doravante denominado **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a **<NOME DA EMPRESA>**, sediada em **<ENDEREÇO>**, CNPJ nº **<Nº do CNPJ>**, doravante denominada **CONTRATADA**;

CONSIDERANDO que, em razão do **CONTRATO N.º <nº do contrato>** doravante denominado **CONTRATO PRINCIPAL**, a **CONTRATADA** poderá ter acesso a informações sigilosas do **CONTRATANTE**;

CONSIDERANDO a necessidade de ajustar as condições de revelação destas informações sigilosas, bem como definir as regras para o seu uso e proteção;

CONSIDERANDO o disposto na Política de Segurança da Informação e Privacidade da **CONTRATANTE**;

Resolvem celebrar o presente **TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO**, doravante **TERMO**, vinculado ao **CONTRATO PRINCIPAL**, mediante as seguintes cláusulas e condições abaixo discriminadas.

1 – OBJETO

Constitui objeto deste TERMO o estabelecimento de condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pela CONTRATADA, no que diz respeito ao trato de informações sigilosas disponibilizadas pela CONTRATANTE e a observância às normas de segurança da informação e privacidade por força dos procedimentos necessários para a execução do objeto do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes e em acordo com o que dispõem a Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, e os Decretos 7.724, de 16 de maio de 2012, e 7.845, de 14 de novembro de 2012, que regulamentam os procedimentos para acesso e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo.



MINISTÉRIO DA CULTURA

2 – CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Para os efeitos deste TERMO, são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

INFORMAÇÃO: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato.

INFORMAÇÃO SIGILOSA: aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado, e aquela abrangida pelas demais hipóteses legais de sigilo.

CONTRATO PRINCIPAL: contrato celebrado entre as partes, ao qual este TERMO se vincula.

3 – DA INFORMAÇÃO SIGILOSA

Serão consideradas como informação sigilosa, toda e qualquer informação classificada ou não nos graus de sigilo ultrassecreto, secreto e reservado. O TERMO abrangerá toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: *know-how*, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, informações sobre as atividades da CONTRATANTE e/ou quaisquer informações técnicas/comerciais relacionadas/resultantes ou não ao CONTRATO PRINCIPAL, doravante denominados INFORMAÇÕES, a que diretamente ou pelos seus empregados, a CONTRATADA venha a ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiada durante e em razão das atuações de execução do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes.

4 – DOS LIMITES DO SIGILO

As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às INFORMAÇÕES que:

I – sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação, exceto se tal fato decorrer de ato ou omissão da CONTRATADA;

II – tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente TERMO;

III – sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.



5 – DIREITOS E OBRIGAÇÕES

As partes se comprometem a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas INFORMAÇÕES, que se restringem estritamente ao cumprimento do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro – A CONTRATADA se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento prévio e expresso da CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo – A CONTRATADA compromete-se a dar ciência e obter o aceite formal da direção e empregados que atuarão direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL sobre a existência deste TERMO bem como da natureza sigilosa das informações.

I – A CONTRATADA deverá firmar acordos por escrito com seus empregados visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente TERMO e dará ciência à CONTRATANTE dos documentos comprobatórios.

Parágrafo Terceiro – A CONTRATADA obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa da CONTRATANTE, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pela CONTRATANTE.

Parágrafo Quarto – Cada parte permanecerá como fiel depositária das informações reveladas à outra parte em função deste TERMO.

I – Quando requeridas, as INFORMAÇÕES deverão retornar imediatamente ao proprietário, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

Parágrafo Quinto – A CONTRATADA obriga-se por si, sua controladora, suas controladas, coligadas, representantes, procuradores, sócios, acionistas e cotistas, por terceiros eventualmente consultados, seus empregados, contratados e subcontratados, assim como por quaisquer outras pessoas vinculadas à CONTRATADA, direta ou indiretamente, a manter sigilo, bem como a limitar a utilização das informações disponibilizadas em face da execução do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Sexto – A CONTRATADA, na forma disposta no parágrafo primeiro, acima, também se obriga a:

I – Não discutir perante terceiros, usar, divulgar, revelar, ceder a qualquer título ou dispor das INFORMAÇÕES, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa, física ou jurídica, e para nenhuma outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao objetivo aqui referido, cumprindo-lhe adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha acesso a elas;

II – Responsabilizar-se por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com



MINISTÉRIO DA CULTURA

todos os custos do impedimento, mesmos judiciais, inclusive as despesas processuais e outras despesas derivadas, a divulgação ou utilização das INFORMAÇÕES por seus agentes, representantes ou por terceiros;

III – Comunicar à CONTRATANTE, de imediato, de forma expressa e antes de qualquer divulgação, caso tenha que revelar qualquer uma das INFORMAÇÕES, por determinação judicial ou ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão competente; e

IV – Identificar as pessoas que, em nome da CONTRATADA, terão acesso às informações sigilosas.

6 – VIGÊNCIA

O presente TERMO tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até expirar o prazo de classificação da informação a que a CONTRATADA teve acesso em razão do CONTRATO PRINCIPAL.

7 – PENALIDADES

A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das INFORMAÇÕES, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na rescisão do CONTRATO PRINCIPAL firmado entre as PARTES. Neste caso, a CONTRATADA, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pela CONTRATANTE, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme previsto nos arts. 155 a 163 da Lei nº. 14.133, de 2021.

8 – DISPOSIÇÕES GERAIS

Este TERMO de Confidencialidade é parte integrante e inseparável do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro – Surgindo divergências quanto à interpretação do disposto neste instrumento, ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se casos omissos, as partes buscarão solucionar as divergências de acordo com os princípios de boa fé, da equidade, da razoabilidade, da economicidade e da moralidade.

Parágrafo Segundo – O disposto no presente TERMO prevalecerá sempre em caso de dúvida e, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações, tal como aqui definidas.

Parágrafo Terceiro – Ao assinar o presente instrumento, a CONTRATADA manifesta sua



MINISTÉRIO DA CULTURA

concordância no sentido de que:

I – A CONTRATANTE terá o direito de, a qualquer tempo e sob qualquer motivo, auditar e monitorar as atividades da CONTRATADA;

II – A CONTRATADA deverá disponibilizar, sempre que solicitadas formalmente pela CONTRATANTE, todas as informações requeridas pertinentes ao CONTRATO PRINCIPAL.

III – A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo;

IV – Todas as condições, termos e obrigações ora constituídos serão regidos pela legislação e regulamentação brasileiras pertinentes;

V – O presente TERMO somente poderá ser alterado mediante TERMO aditivo firmado pelas partes;

VI – Alterações do número, natureza e quantidade das informações disponibilizadas para a CONTRATADA não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas neste TERMO, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações tipificadas neste instrumento;

VII – O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer uma das informações, conforme definição do item 3 deste documento, disponibilizadas para a CONTRATADA, serão incorporados a este TERMO, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas, sendo necessário a formalização de TERMO aditivo ao CONTRATO PRINCIPAL;

VIII – Este TERMO não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das Partes, ou suas filiadas, nem em obrigação de divulgar INFORMAÇÕES para a outra Parte, nem como obrigação de celebrarem qualquer outro acordo entre si.

9 – FORO

A CONTRATANTE elege o foro da <CIDADE DA CONTRATANTE>, onde está localizada a sede da CONTRATANTE, para dirimir quaisquer dúvidas originadas do presente TERMO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

10 – ASSINATURAS

E, por assim estarem justas e estabelecidas as condições, o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO é assinado pelas partes em 2 vias de igual teor e um só efeito.



MINISTÉRIO DA CULTURA

CONTRATADA	CONTRATANTE
<hr/> <p><Nome> <Qualificação></p>	<hr/> <p><Nome> Matrícula: xxxxxxxx</p>
TESTEMUNHAS	
<hr/> <p><Nome> <Qualificação></p>	<hr/> <p><Nome> <Qualificação></p>

<Local>, <dia> de <mês> de <ano>.

Anexo II - Modelo-Termo-Ciência-Minc.pdf



MINISTÉRIO DA CULTURA

Histórico de Revisões

Data	Versão	Descrição	Autor
10/10/2023	1.0	Primeira versão do documento.	Jaime Heleno

ATENÇÃO!

< Os trechos marcados em vermelho neste documento são editáveis, notas explicativas ou exemplos, devendo ser substituídos ou excluídos, conforme necessidade>.

<Conforme **ACÓRDÃO 172/2021 – TCU -PLENÁRIO**, os órgãos e entidades federais têm o dever legal de realizar o planejamento prévio de cada contratação de TIC, inclusive daquelas viabilizadas mediante adesão a ARPs, que vai além do mero preenchimento formal dos artefatos previstos na legislação>.



MINISTÉRIO DA CULTURA

TERMO DE CIÊNCIA

INTRODUÇÃO

O Termo de Ciência visa obter o comprometimento formal dos empregados da Contratada diretamente envolvidos na contratação quanto ao conhecimento da declaração de manutenção de sigilo e das normas de segurança vigentes no órgão/entidade.

No caso de substituição ou inclusão de empregados da contratada, o preposto deverá entregar ao Fiscal Administrativo do Contrato os Termos de Ciência assinados pelos novos empregados envolvidos na execução dos serviços contratados.

Referência: Art. 18, Inciso V, alínea “b” da IN SGD/ME Nº 94/2022.

1 – IDENTIFICAÇÃO

CONTRATO Nº			
OBJETO			
CONTRATADA		CNPJ	
PREPOSTO			
GESTOR DO CONTRATO		MATR.	

2 – CIÊNCIA

Por este instrumento, os funcionários abaixo identificados declaram ter ciência e conhecer o inteiro teor do Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e as normas de segurança vigentes da Contratante.

Funcionários da Contratada		
Nome	Matrícula	Assinatura
<Nome do(a) Funcionário(a)>	<xxxxxxxxxx>	
<Nome do(a) Funcionário(a)>	<xxxxxxxxxx>	
...

<Local>, <dia> de <mês> de <ano>.

**Anexo III - Anexo - Caderno de Especificações
Técnicas - Firewall.pdf**